



Universidade de Brasília

**Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História – HIS**

BAGULHÃO: violações dos direitos humanos no período ditatorial brasileiro (1970-1979)

Layane Lorrane da Silva Neves
Professora Dra. Ione Oliveira



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História – HIS

BAGULHÃO: violações dos direitos humanos no período ditatorial brasileiro (1970-1979)

Layane Lorrane da Silva Neves

Trabalho de Conclusão de Curso de História, da
Universidade de Brasília – UnB, apresentado como
requisito parcial para a obtenção do diploma em
licenciatura, sob a orientação da Professora Dra.
Ione Oliveira.

Brasília – 2015

**Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História – HIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de História, da Universidade de Brasília – UnB, apresentado como requisito parcial para a obtenção do diploma em licenciatura.

BAGULHÃO: violações dos direitos humanos no período ditatorial brasileiro

Layane Lorrane da Silva Neves

Aprovado por:

Professora Orientadora Dra. Ione Oliveira.

Professora Dra. Albene Miriam Menezes Klemi

Professora Dra. Fabiana Francisca Macena

Brasília, dezembro de 2015.

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Irilian. Ao meu avô, Tuca. Ao meu marido, Renato. Aos meus tios Irani e Iran. Ao meu irmão, Uedson. E aos meus amigos queridos. À professora Dra. Ione, pela paciência na orientação e incentivo, que tornaram possível a conclusão deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar o **Bagulhão**, que foi uma carta-denúncia escrita por 35 presos políticos em 1975 para o então presidente da OAB. Nela, os presos denunciaram torturas físicas e psicológicas. Divulgam também na carta uma lista com 233 nomes, entre eles soldados, delegados, sargentos e tenentes, que estavam envolvidos com as práticas de tortura. Neste estudo, se conhecerá seus signatários, seus torturadores e quais foram as violações dos Direitos Humanos sofridas por eles, além de analisar as repercussões da carta no cenário nacional e internacional. Esse trabalho abordará o período de 1974 a 1979, que consiste do começo da abertura política brasileira, durante a presidência do general Ernesto Geisel, à revogação do AI-5.

PALAVRAS-CHAVE: Carta-denúncia, Ditadura Militar, Torturas, Repercussões.

ABSTRACT

The main purpose of this course conclusion paper is study the *Bagulhão*, that was a letter of complaint, written by 35 political prisoners in 1975 to the presidente of OAB (Organization of Brazilian Lawyers). In the letter, the prisoners denounced phisical and psychological tortures. Therefor, they denounced also 233 names, between them soldiers, delegates, sergeants and lieutenants, that was involoved into the practices of torture. In this paper, will be know its signatories, theirs torturers, and to be aware of the violations of the Human Rights suffered by them, also to analyse the repercussions of the letter in the national and international scene. This paper will approach the period of 1974 to 1979, that was the beginning of the political's brazilian opening, during the government of general Ernesto Geisel, to the revocation of AI-5.

KEYWORDS: Letter of complaint, Military Regime, Tortures, Repercussion.

SUMÁRIO

I. Introdução	8
Capítulo 1. Contextualização da Ditadura Militar durante o período de 1964 a 1970	12
Capítulo 2. Signatários, Denúncias e torturadores do Bagulhão.....	21
Capítulo 3. Repercussões do Bagulhão.....	29
II. Conclusão	33
III. Anexo I.....	35
IV. Fontes e Referências Bibliográficas.....	40

I. INTRODUÇÃO

Em 2014, iniciei um estágio no Ministério da Justiça, onde procurava nos arquivos cedidos pelo Arquivo Nacional – Rio de Janeiro, alguma evidência que pudesse levar à inumação dos corpos dos mortos e desaparecidos da Guerrilha do Araguaia. Estagiava para o GTA (Grupo de Trabalho Araguaia), que era composto pelo Ministério da Justiça, pela Secretaria dos Direitos Humanos e o Exército. Em novembro de 2014 me deparei com o documento **ACE_DI_98199_76**, componente do acervo relacionado à Ditadura Militar e ao SNI, esse documento possui 196 páginas, e entre essas páginas estava localizado o **Bagulhão**, que estava bem ilegível. Além da carta, havia também cartas dos presos para seus amigos e familiares, correspondências oficiais do exército, documentos detalhando quem eram cada um dos 35 signatários, a resposta do presidente da OAB e uma resposta da presidência da república. Isso tudo me inclinou a estudar a carta onde haviam relatos de violações dos direitos humanos e as repercussões do Bagulhão.

No momento em que decidi estudar o Bagulhão, busquei alguma fonte sobre a carta que estivesse mais legível que o documento, foi quando encontrei o livro *Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores*, lançado em junho de 2014, pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo – Rubens Paiva, organizado por Adriano Diogo, Reinaldo Morano e Maria Amélia Teles. Este livro contém a carta dos presos, bem como algumas repercussões da carta.

Denominada de **Bagulhão** ou “Carta à OAB”, os presos escrevem essa carta para o presidente da OAB – Caio Mário Da Silva Pereira. A carta foi direcionada ao então presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Caio Mário da Silva Pereira,¹ que havia declarado à imprensa² que não tinha conhecimento de casos concretos de prisões irregulares e de arbitrariedades policiais. O que não era um fato verídico, pois desde o

1 Caio Mário da Silva Pereira foi presidente do Conselho Federal da OAB dos anos de 1975 a 1977. Atuou também como professor na UFMG e na UFRJ. Ver www.caioemario.adv.br Acessado em 16/06/2015.

2 **FOLHA DE S. PAULO**. OAB apronta as denúncias que fará a Geisel. 1º de agosto de 1975, Primeiro caderno, p. 3.

começo da ditadura em 1964 a violência cometida pelos militares já eram denunciadas, um exemplo disso é o fechamento do jornal **Correio da Manhã**.³

Das várias formas de se contar a história da Ditadura Militar brasileira, este trabalho será baseado em como 35 presos-políticos, encarcerados no presídio Gomes Romão, denunciaram sua experiência. Na carta eles escrevem como são as condições vividas pelos presos políticos, quais os maus tratos sofridos por eles, quem são os seus algozes.

Logo, objetivo desta monografia é analisar as denúncias de violação dos direitos humanos e as repercussões da carta, no cenário político brasileiro da década de 1970. Para tal, serão necessários referenciais teóricos, sobretudo da Nova História Política, dentre eles o da Cultura Política.

É importante estabelecer marcos de distinção entre a Nova História Política e a História Política do século XIX.⁴ Esta, era feita por autores “positivistas”, geralmente relacionada à uma forma, hoje considerada ultrapassada, de se entender a história e de se praticar os métodos historiográficos, a partir sobretudo do ponto de vista do Estado ou da Igreja, isto é, dos detentores do poder. Àquela, em contrapartida à esta forma de se olhar a história, é a “Nova História”, que propõe novas formas de se entender a história, inclusive a História Política.

Sobre a história política, René Rémond disserta⁵:

Ora, a história política apresentava uma configuração que era exatamente contrária a essa história ideal. Estudo das estruturas? Ela só tinha olhos para os acidentes e as circunstâncias mais superficiais: esgotando-se na análise das crises ministeriais e privilegiando as rupturas de continuidade, era a própria imagem e o exemplo perfeito da história dita factual, ou *événementielle* – sendo o termo aí evidentemente usado no mau sentido –, que fica na superfície das coisas e esquece de vincular os acontecimentos às suas causas profundas. Quanto tempo perdido em estabelecer fatos menores, em precisar o encadeamento das circunstâncias! Até afundar na

3 FICO, Carlos. "**Prezada Censura**": cartas ao regime militar. **Topoi** (RJ) [online]. 2002, vol.3, n.5 [citado 2015-10-23], ppp. 251-286. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200251&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 23/10/2015.

4 MENDONÇA, Sônia Regina e FONTES, Virgínia. História e teoria política. In FLAMARION CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 56.

5 RÉMOND, RENÉ. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, pp.16-17.

anedota, superestimando o papel do acaso em detrimento da necessidade encarnada nos movimentos de longa duração. Ao privilegiar o particular, o nacional, a história política privava-se, ao mesmo tempo, da possibilidade de comparações no espaço e no tempo, e interditava-se as generalizações e sínteses que, apenas elas, dão ao trabalho do historiador sua dimensão científica.

No conceito de Almond e Verba, Cultura Política se delimitava às atitudes e orientações dos cidadãos em relação aos assuntos políticos: “o termo ‘cultura política’ refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública”⁶. Para Gramsci⁷, cultura e política são indissociáveis:

Cultura compõe-se do conjunto dos projetos e visões de mundo – pautados por valores, crenças e auto percepções de indivíduos e grupos sobre o seu lugar social – desenvolvidos por cada classe ou fração, em permanente disputa. O Estado ampliado guarda também uma dimensão de consenso, obtido a partir da ação das vontades coletivas organizadas nos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, bem como da atuação do Estado restrito, que tende a promover/generalizar a visão-projeto da fração de classe hegemônica em um dado bloco histórico. É a disputa pela afirmação da hegemonia – que institui não só a política, como Estado ampliado, ambos indissociáveis da cultura.

A partir desses referenciais, será feita a análise da carta denominada **Bagulhão** e a sua repercussão.

Para isso, este trabalho será dividido em três capítulos. O primeiro capítulo traça um panorama acerca da ditadura militar no Brasil dos anos de 1964 a 1979. Esses anos foram selecionados por representarem anos com mais violações dos direitos humanos, explana-se quais eram os principais partidos de oposição clandestinos. O segundo capítulo mostra quem eram os 35 signatários do **Bagulhão** e a que grupo de oposição cada um deles pertencia, expõe-se também as torturas, torturadores e denúncias dos presos políticos no presídio Romão Gomes. O último capítulo apresenta a repercussão do **Bagulhão** junto a setores do governo, instituições da sociedade civil, como a OAB, e a imprensa.

6 ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963]. p.12

7 CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 63.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA DITADURA MILITAR NO PERÍODO DE 1964 A 1979

Na década de 1960, em pleno auge da Guerra Fria, começou o período que marcou a maioria dos países da América Latina pelas violações dos direitos humanos, com cassações dos direitos políticos e pela retirada dos direitos de livre expressão.

O Brasil tinha nessa época como presidente João Goulart, que era tido como simpatizante do comunismo pelas classes médias urbanas e por alguns setores da elite. Desde o princípio de seu mandato em 1961, os militares mais conservadores tentaram impedir sua posse. Chegaram a apoiar o presidente da Câmara, Ranieli Mazzilli, a permanecer na presidência da República em seu lugar, entretanto no dia 7 de setembro de 1961, o parlamentarismo foi instaurado e Goulart tomou posse. Somente em janeiro de 1963, quando os brasileiros votaram pelo “não” ao parlamentarismo, com um percentual de 80% dos votos⁸ a favor ao presidencialismo, que Goulart passou a ter plenos poderes como presidente.

No governo de Jango várias categorias sociais ganharam espaço, como estudantes, organizações populares e trabalhadores, isso fomentou a preocupação das classes conservadoras da sociedade como empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média. Partidos políticos como a União Democrática Nacional (UDN) – histórica opositora do reformismo e de Goulart – e o Partido Social Democrático (PSD) – que a princípio não era de oposição⁹ e apoiara Jango quando de sua candidatura à vice-presidência em 1955 e 1960, também passaram a acusá-lo de planejar um golpe de esquerda e de ser responsável pela escassez e pelo desabastecimento que o Brasil enfrentava.

No dia 13 de março de 1964, João Goulart realizou um grande comício onde apresentou um plano nacional defendendo as Reformas de Base. O presidente da República se comprometeu em reformar a estrutura agrária, bancária, financeira, fiscal, habitacional e educacional do país. Seis dias depois, em 19 de março, os conservadores organizaram uma manifestação contra as intenções de João Goulart, chamada Marcha da Família com Deus pela

⁸ FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o Governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 33, n. 66, dezembro, 2013, p. 119.

⁹ Importantes setores do PSD tornaram-se oposição em meados de 1963, deixando de apoiar as reformas propostas pelo presidente Goulart. Ver HIPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)**, pp. 257-304.

Liberdade, que reuniu milhares de pessoas pelas ruas do centro da cidade de São Paulo. A crise política e as tensões sociais aumentavam a cada dia. No dia 31 de março de 1964, tropas de Minas Gerais e São Paulo saíram às ruas, e os militares tomaram o poder. Jango, então se exilou no Uruguai.

Sob a égide de livrar o país da corrupção, do sindicalismo radical de esquerda e do comunismo, aproveitando-se do suporte do empresariado nacional e multinacional e de alguns outros setores da sociedade, até mesmo de alguns trabalhadores, os militares legitimaram-se no poder. O uso da força também marcou o regime, que se impunha pelo recurso discursivo de eliminação do comunismo em favor do retorno da democracia e não hesitava em usar meios violentos a seu favor.

Segundo o autor Nilson Borges¹⁰, o período ditatorial brasileiro pode ser dividido em três fases:

A primeira se inicia com o golpe militar e vai até a publicação do Ato Institucional nº 5. Durante esse interregno eram discutidas, ainda, as tendências do regime militar, isto é, se as Forças Armadas assumiriam a postura de devolver e limitar ou avançariam em direção ao papel dirigente, dando origem ao processo revolucionário. De início, o General Castelo Branco estava convencido de que a “revolução” deveria ser uma intervenção transitória, mas foi atropelado pela corrente dos chamados “duros”, que exigia um processo revolucionário permanente. Com a posse de Costa e Silva e a publicação do AI-5, não havia mais dúvidas de que a revolução seria permanente. A segunda fase compreende o período que vai do AI-5, até a liberalização política, iniciada no governo Geisel, com a revogação deste Ato. [...] A terceira tem início com o projeto de liberalização política, inaugurado por Geisel, e levado adiante por Figueiredo.

Sobre a primeira fase da ditadura, ela se iniciou em 1964 e terminou no AI-5, em 1968. Usados como um mecanismo para manter a legalidade da ditadura militar, os Atos Institucionais (AI) foram deferidos. Entre 1964 e 1969, 17 atos institucionais foram instaurados, entre os quais se incluíam suspensões de direitos políticos, cassações de cargos, intervenções, censura nos meios de comunicação, ameaças às pessoas envolvidas com política, vigilância e espionagem, demissões injustificadas, interferência no processo eleitoral

10 BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil republicano – o tempo da ditadura**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003, p. 22.

e partidário, banimento do território nacional etc. Os principais foram os cinco primeiros Atos – AI-1 ao AI-5.¹¹

O AI-1, promulgado em 09 de abril de 1964, modificava a Constituição brasileira de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; conferia aos Comandantes-em-Chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, suspender direitos políticos por dez anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer servidor atentasse contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública.

O AI-2, promulgado em 27 de outubro de 1965, modificou a Constituição quanto ao processo legislativo, às eleições, aos poderes do Presidente da República, à organização dos Três poderes, suspendeu as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade, estabilidade e a de exercício em funções por tempo certo. Dissolveu todos os partidos políticos existentes desde 1945, aumentou o número de ministros do Supremo Tribunal Federal de 11 para 16, reabriu o processo de punição aos adversários do regime. Permitiu também a decretação de o estado de sítio por até 180 dias pelo presidente sem consulta ao Congresso.

Promulgado em 05 de fevereiro de 1966, o AI-3 dispunha sobre eleições indiretas nacionais, estaduais e municipais; permitia que Senadores e Deputados federais ou estaduais, com prévia licença, exercessem o cargo de Prefeito de capital de Estado.

O AI-4, de 12 de dezembro de 1966, convocava o Congresso Nacional para discussão, votação e promulgação do Projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, Castelo Branco, que revogou definitivamente a Constituição de 1946.

De 13 de dezembro de 1968, o AI-5 suspendeu o direito dos presos políticos (e outros) a recorrerem ao *habeas corpus* para determinados crimes e ampliou os poderes do Presidente da República para decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967, intervenção federal, sem os limites constitucionais, suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos eletivos. Restringiu também o exercício de qualquer direito público ou privado; impôs o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; e exigiu o controle mais efetivo dos órgãos de imprensa e

11 Ver <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>.

Acessado em: 05/04/2015.

entretenimento, estabelecendo a censura prévia aos jornais, às revistas, letras de música, peças de teatro e falas de cinema.

Acerca da segunda fase, com o AI-5, a repressão se tornou mais sangrenta e punitiva àqueles que manifestassem oposição ao Regime Militar, começando assim a ser conhecida como os “Anos de Chumbo”¹². Esses anos corresponderam a uma fase mais dura quanto à violência. Eles andaram juntos com os ditos “Anos de Ouro”, período em que houve o “Milagre Econômico”. Enquanto o primeiro se refere ao período de permanente cassação dos direitos civis e políticos, e o segundo corresponde aos dias em que a inflação havia sido controlada. Segundo Reis¹³:

A tendência seria consolidada e exacerbada no governo seguinte, presidido pelo general Emílio Garrastazu Médici. Esses foram os tempos mais repressivos do período ditatorial, “os anos de chumbo”. No entanto, também foram os mais gloriosos da ditadura e os de maior desenvolvimento econômico, “os anos de ouro”.

Segundo Mariana Joffily¹⁴, durante os “Anos de Chumbo”, do “AI-5 até 1974, a tortura e o assassinato político tornaram-se política de Estado, de maneira metódica, coordenada e generalizada.”. Ainda segundo Joffily, o número de desaparecidos apresentou crescimento constante de 1971 a 1974, momento em que atingiu o auge com a eliminação da guerrilha do Araguaia.

Segundo Elio Gaspari, o Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiam negando-se.¹⁵ Os “Anos de Chumbo” não foram esquecidos, embora

12 D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **A repressão: Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

13 REIS FILHO, Daniel. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 21

14 JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao dismantelamento. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 174-188.

15 GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 12.

o furor dos “anos de ouro” tendesse a abafar tanta repressão e violência. Segundo Janaína Cordeiro¹⁶:

[...] à medida que o processo de redemocratização se consolidava, o “milagre brasileiro” – que outrora mobilizara os espíritos e difundira uma otimista sensação de “construção do Brasil potência” – passava a ser visto como mero instrumento de manipulação de uma propaganda todo-poderosa e mal-intencionada.

A repressão e as práticas autoritárias se intensificaram principalmente na segunda fase do período ditatorial, entre os anos de 1969 a 1975. Houve nesse período um aumento da perseguição aos grupos políticos de esquerda, da censura e dos trabalhos do DOI-Codi (Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna). Segundo Mariana Joffily¹⁷:

No final dos anos 1960 houve um refluxo dos movimentos operário, sindical e estudantil e o crescimento das ações armadas por parte de grupos clandestinos de esquerda. A repressão dirigiu-se em cheio para esse novo alvo, sem contudo descuidar dos outros setores mencionados. Com o fim do *habeas corpus*, em dezembro de 1968, e a criação de órgãos especializados para a repressão política, como a Oban, em 1969, e os DOI-Codis, nos anos seguintes, a repressão deu um salto qualitativo importante. Esses núcleos repressivos trabalhavam com equipes formadas por indivíduos de diferentes instituições. Os membros da Polícia Civil traziam a experiência das torturas contra prisioneiros comuns, e os integrantes do Dops tinham um saber acumulado de perseguição política que remontava ao Estado Novo. Ambos auxiliaram os militares em sua missão de transformara segurança pública em uma “guerra interna”.

As prisões, as torturas e os assassinatos ocorriam com o conhecimento da alta cúpula que governava a ditadura e não foram apenas uma reação às ações armadas da esquerda, segundo Carlos Fico. Para o autor, o endurecimento do regime correspondeu ao processo gradual de tomada do poder pela linha dura, que estava insatisfeita desde 1964 com o alcance das punições.¹⁸

A abordagem da monografia será de 1974 a 1979, que consiste do começo da abertura política brasileira, durante a presidência do general Ernesto Geisel, à revogação do AI-5. O

T6 CORDEIRO, Janaína. Por que Lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 206.

17 JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 181.

18 Ver: <http://sibila.com.br/cultura/regimes-autoritarios-no-brasil-republicano/10441>. Acessado em: 15/10/2015.

seu governo passou a adotar o discurso da transição e abertura política “lenta, segura e gradual”. Segundo Cristiano Paixão¹⁹ há algumas razões para essa transição do regime: que vão desde a erosão crescente de sua legitimidade política até a diminuição do ritmo do crescimento econômico. A Lei da Anistia, de agosto de 1979, também intensifica essa transformação do regime.

Apesar da política de abertura do governo Geisel, torturas continuaram ocorrendo durante seu Governo. Para Joffily, a repressão política da segunda fase, pode ser estendida até 1976, quando parte da cúpula do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foi exterminada pelos órgãos de segurança e informação do Exército.²⁰

O intuito do regime militar era combater os “comunistas”, “terroristas” e os “subversivos”,²¹ e assim governar em nome da democracia, supostamente ameaçada.²² À permanência dos militares no poder existiam dois tipos de oposição: a institucionalizada e a clandestina.

A implantação do AI-2 foi uma das maneiras de os militares tentarem barrar a oposição. Ele impôs o fim do pluripartidarismo e com o Ato Complementar 4 (AC-4)²³ determinou a criação de novas organizações políticas, tarefa a ser realizada pelo congressistas no prazo de 45 dias. Como a maior parte dos parlamentares era favorável ao governo militar somente foi possível estabelecer um sistema bipartidário no Brasil. Com esta maioria formou a ARENA (Aliança Nacional Renovadora) e uma parcela minoritária dos congressistas se

19 PAIXÃO, Cristiano. A constituição em disputa: transição ou ruptura? In: SEELAENDER, Aírton (org.). **História do Direito e construção do Estado**. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p. 13.

20 O Massacre da Lapa ou a Chacina da Lapa ocorreu em dezembro de 1976. Na ocasião três dirigentes do PCdoB foram assassinados – Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Franco Drummond – e outros cinco foram presos e torturados. Ver POMAR, Pedro Estevam. **Massacre da Lapa**. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987. Também em http://www.dhnet.org.br/verdade/rn/combatentes/glenio/livro_massacre_lapa.pdf Acessado em 02/12/2015.

21 Termos usados pelos militares em documentos do SNI e DOI-Codi, que fazem uma referência pejorativa aos comunistas.

22 RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 30-48.

23 Ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-norma-pe.html>. Acessado em: 27/10/2015.

aglutinou no MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição que representava pautas de lutas contrárias à ditadura militar.

Outras posições institucionalizadas durante a ditadura foram a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (AIB) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Embora, segundo Marcelo Ridenti²⁴, elas tivessem mudado de posições algumas vezes ao longo dos anos, entre colaboração e resistência, sendo repletas de ambiguidades, e não sendo sempre completamente nem contrárias nem a favor da ditadura:

A ambiguidade explica-se, em parte, porque a modernização exigia profissionais capacitados, muitos deles de oposição. A indústria cultural, por exemplo, amadureceu sob uma ditadura que de um lado incentivava a cultura e de outro a censurava seletivamente. Alguns professores incômodos eram afastados, mas a pesquisa e a tecnologia foram financiadas até no meio universitário mais avesso ao regime.

Enquanto militantes das esquerdas revolucionárias e outros partidos eram considerados ilegais, alguns se uniram ao MDB, mas muitos optaram pela militância clandestina. As esquerdas revolucionárias, ou as oposições clandestinas, eram formadas por militantes, opositores, políticos de esquerda e trabalhadores que queriam a derrubada da Ditadura. Para tal, esses grupos realizaram ações armadas para enfraquecer o regime militar.

Os grupos oposicionistas clandestinos possuíam diversificadas formas de luta a partir de diferentes maneiras de interpretação das doutrinas reformistas, socialistas ou comunistas. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado sob o nome Partido Comunista do Brasil em março de 1922, sofreu várias cisões ao longo de sua existência e foi a principal matriz da qual emergiram diferentes grupos e organizações de oposição à Ditadura Militar. Dissidente dele, surgiu o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em 1962, que se recusava a compor uma política de alianças e de “convivência pacífica” entre socialismo e capitalismo, encaminhando-se para incorporar as teses Mao Tse Tung sobre a revolução camponesa, implementada na China. A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) criada em janeiro de 1961, reuniu inicialmente cerca de vinte militantes, como resultado da

²⁴ RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.41.

fusão de pequenos grupos de outros estados. Esses militantes não aceitavam as propostas do PCB, pois não concordavam com a orientação de levar o operariado a apoiar setores da burguesia.²⁵ Outros partidos de esquerda com expressividade foram a Aliança de Libertação Nacional (ALN), o Movimento Revolucionário de 8 de Outubro (MR-8) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Os grupos oposicionistas dos quais os 35 signatários do **Bagulhão** pertenciam eram: a Aliança Libertadora Nacional (ALN),²⁶ Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT),²⁷ Partido Operário Comunista (POC),²⁸ Vanguarda Revolucionária Popular (VRP),²⁹ Movimento de Libertação Popular (MOLIPO),³⁰ o Partido Comunista Brasileiro (PCB),³¹ a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop),³² Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8),³³ Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares),³⁴ a Ação Popular (AP),³⁵ o Partido Operário Revolucionário-Trotskyista (POR-T),³⁶ e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB),³⁷ além das Ligas Camponesas.³⁸

25 GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1987, p. 34.

26 Criada no fim de 1967, com a saída de Carlos Marighella do Partido Comunista Brasileiro, após sua participação na Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Havana. Era uma organização que atuava na guerrilha urbana. (GORENDER, 1987: 94)

27 Fundado em janeiro de 1969, o PRT chegou a executar algumas ações armadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, atuando também no Recife, Pernambuco, e nos estados de Minas Gerais e Goiás, até ser desestruturado no começo de 1971. (**Ibidem.** P. 34)

28 Fundado em 1968, o POC foi o resultado da fusão entre a POLOP e a Dissidência Leninista do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Rio Grande do Sul. (**Ibidem.** P. 76)

29 Formada em 1966 a partir da união dos dissidentes da organização Política Operária (POLOP) com militares remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). (**Ibidem.** P. 76)

30 Formada em 1970 e 1971, por estudantes universitários dissidentes da ALN. (**Ibidem.** P. 94)

31 Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922 em Niterói. Esse partido foi a matriz para uma série de partidos e organizações de tendência comunista. (**Ibidem.** P. 20)

32 Organização de esquerda brasileira, formada em 1961, em Minas Gerais, a partir da Juventude Socialista do Partido Socialista Brasileiro – PSB. (**Ibidem.** P. 36)

33 Criada em 1964 no meio universitário da cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, com o nome de Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ), depois foi rebatizada em memória ao dia em que Ernesto "Che" Guevara foi capturado, na Bolívia, em 8 de outubro de 1967. (**Ibidem.** P. 76)

34 Surgiu em julho de 1969, como resultado da fusão do Comando de Libertação Nacional (COLINA) com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) de Carlos Lamarca. Seu nome era uma homenagem ao maior quilombo da história da escravidão. (**Ibidem.** P. 147)

35 Foi uma organização de esquerda extraparlamentar brasileira, formada em 1962, resultado da atuação dos militantes estudantis da Ação Católica (JUC) com outras agremiações da Ação Católica. (**Ibidem.** P. 37)

36 Fundado em 1953 e formado por simpatizantes das ideias de Leon Trotsky. (**Ibidem.** P. 35)

37 Após discordâncias entre os militantes do PCB sobre a leitura do Relatório Khrushchov durante o XX Congresso Soviético em 1956 e as formas de atuação do PCB, parte dos comunistas fundou o PCdoB em 1962. (**Ibidem.** P. 34)

38 Foram organizações rurais formadas sob a influência do PCB a partir de 1945. (**Ibidem.** P. 110)

2. SIGNATÁRIOS, DENÚNCIAS E TORTURADORES NO BAGULHÃO

Não é segredo que a Ditadura foi violenta desde seu início. O **Bagulhão** é uma prova de que as denúncias eram difíceis de serem publicadas, pois suas folhas tiveram de ser contrabandeadas para chegarem fora da prisão. Luiz Eduardo Greenhalgh, que era advogado de um dos presos tirou a carta de dentro da prisão, levando-a no interior de uma garrafa térmica com café, colocada entre o revestimento externo e a ampola de vidro³⁹.

Outras cartas-denúncias foram feitas, no entanto, com o AI-5 a dificuldade de torná-las públicas devido à censura ficou maior. Muitos exilados divulgaram denúncias de violação aos direitos humanos no Brasil no exterior e passaram a ser vistos pelos militares como inimigos do governo que faziam “propaganda subversiva”, o que constituía um crime segundo a Lei de Segurança Nacional então vigente, o Decreto-lei nº 898/1969⁴⁰:

Art. 45. Fazer propaganda subversiva:

I - Utilizando-se de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva;

II - Aliciando pessoas nos locais de trabalho ou ensino;

III - Realizando comício, reunião pública, desfile ou passeata;

IV - Realizando greve proibida;

V - Injuriando, caluniando ou difamando quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública ou funcionário, em razão de suas atribuições;

VI - Manifestando solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores:

Pena: reclusão, de 1 a 3 anos.

Parágrafo único. Se qualquer dos atos especificados neste artigo importar ameaça ou atentado à segurança nacional:

Pena: reclusão, de 2 a 4 anos.

Em 1975, sob a censura e repressão política, os 35 presos políticos anteriormente citados escreveram a carta-denúncia, onde revelaram publicamente as violações dos direitos humanos dentro de uma prisão militar.⁴¹ Esta carta foi encontrada posteriormente junto aos documentos confidenciais dos arquivos do Serviço Nacional de Informação – SNI, e hoje está

39 DIOGO, Adriano; MORANO, Reinaldo; TELES, Maria Amélia. **Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores**. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014. P. 05.

40 Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0898.htm. Acessado em: 21/10/2015.

41 DIOGO, Adriano; MORANO, Reinaldo; TELES, Maria Amélia. **Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores**. São Paulo, Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014, pp. 12-55

sob a guarda do Arquivo Nacional – Rio de Janeiro. Essa carta, escrita em 23 de outubro de 1975, foi uma tentativa de denúncia coletiva dos presos políticos do Presídio Militar Romão Gomes, em São Paulo, ao então presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Caio Mário da Silva Pereira.

Dos signatários do **Bagulhão**⁴², estão:

1. Alberto Henrique Becker – PRT;
2. Altino Rodrigues Dantas Júnior – PRT;
3. André Tsutomu Ota – MOLIPO;
4. Antonio André Camargo Guerra – MRT;
6. Antonio Pinheiro Sales – POC;
7. Ariston Oliveira Lucena (falecido) – VPR;
8. Artur Machado Scavone – MOLIPO;
9. Aton Fon Filho – PCB/ALN;
10. Carlos Victor Alves Delamônica – PCdoB;
11. Celso Antunes Horta – ALN;
12. César Augusto Teles – PCdoB;
13. Diógenes Sobrosa de Souza (falecido) – VRP;
14. Élio Cabral de Souza – PCdoB;
15. Fábio Oscar Marengo dos Santos (falecido) – PCB;
16. Francisco Carlos de Andrade – ALN;
17. Francisco Gomes da Silva (falecido) – ALN;
18. Gilberto Luciano Belloque – ALN;
19. Gregório Mendonça – VPR;
20. Hamilton Pereira da Silva – ALN;
21. Jair Borin (falecido) – POR;
22. Jesus Paredes Soto – MR8;
23. José Carlos Giannini – MOLIPO;
24. José Genoíno Neto – PCdoB;
25. Luiz Vergatti (falecido) – PCdoB;

42 Pelo fato do documento ACE_DI_98199_76, estar bastante ilegível, o livro **Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores** foi utilizado como fonte principal deste capítulo.

26. Manoel Cyrillo de Oliveira Neto – ALN;
27. Manoel Porfírio de Souza (falecido) – PRT;
28. Ney Jansen Ferreira Filho (falecido) – VAR-Palmares;
29. Oswaldo Rocha – AP;
30. Ozéas Duarte de Oliveira – PCdoB;
31. Paulo de Tarso Vannuchi – ALN;
32. Paulo Walter Radtke – POC;
33. Pedro Rocha Filho – MOLIPO;
34. Reinaldo Moreno Filho – ALN;
35. Roberto Ribeiro Martins – PCdoB.

Na carta-denúncia são descritas torturas, mortes e desaparecimentos de presos políticos, assim como a denúncia dos seus algozes. As informações contidas nela correspondem aos fatos ocorridos entre 1969 a 1975.

O **Bagulhão** aborda três vieses principais⁴³:

- Descrição do método e instrumento de tortura, com a transcrição do nome dos torturadores e demais policiais envolvidos na prática;
- Apresentação das irregularidades jurídicas contra os presos e;
- Narração dos casos de presos políticos assassinados ou mutilados fisicamente e/ou psicologicamente em virtude de torturas.

Quanto ao primeiro viés, os presos relataram que as torturas começavam no ato da prisão e perduravam por todo o período em que permaneciam presos⁴⁴:

As violências começam no momento mesmo da prisão (melhor é dizer sequestro). Aparatosos grupos militares e policiais invadem residências, locais de trabalho ou de estudo, aterrorizando parentes, vizinhos, amigos ou transeuntes que casualmente assistam à prisão. Os tiroteios promovidos pelos policiais são justificados como forma de “se defenderem” ou de “impedir-se a fuga” daquele que está para ser preso. As agressões violentas não se detêm diante de familiares, sejam pessoas idosas,

43 DIOGO, Adriano; MORANO, Reinaldo; TELES, Maria Amélia. **Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores**. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014. P.14.

44 DIOGO, Adriano; MORANO, Reinaldo; TELES, Maria Amélia. **Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores**. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014. P.15.

doentes ou crianças. Na viatura em que o preso é transportado, a violência se acentua, sendo comum que as torturas por espancamento ou por choques elétricos tenham início ali mesmo. Chegando ao órgão repressivo, na maioria das vezes já encapuzado ou com os olhos vendados, o preso se depara com um ambiente de pancadarias. Arrastado à “sala de interrogatórios”, tem início a “busca de informações”, que se prolonga por vários dias, semanas e meses.

Os presos dividiram os métodos de tortura e instrumentos em duas partes. Na primeira descreveram os métodos que já sofridos: pau de arara, choque elétrico, cadeira do dragão, palmatória, afogamento, telefone, sessão karatê ou corredor polonês, tamponamento com éter, sufocamento, enforcamento, crucificação, furar poço de petróleo, soro da verdade, crucificação, latas, alicate, geladeira e cigarro. Além desses, outras torturas sofridas por eles foram: beber salmoura; introduzir buchas de palha de aço no ânus e nelas aplicar descargas elétricas; vestir o preso em camisa de força ou obrigá-lo a permanecer durante horas algemado ou amarrado em camas ou macas ou ainda mantê-lo por muitos dias com os olhos vendados ou com um capuz na cabeça; amarrar fio de nylon entre os testículos e os dedos dos pés e obrigar a vítima a caminhar; manter o preso sem comer, sem beber e sem dormir por vários dias, confinando-o por longos períodos em celas fortes (também chamadas de “cofre”), que eram pequenos cubículos sem janelas e sem ventilação; acender refletores de luz muito intensa, fazendo-a incidir nos olhos da vítima.

Havia ainda as torturas psicológicas: ameaças de prender e torturar familiares; simulação de fuzilamento (com todos os requintes de preparação de uma execução verdadeira), geralmente em lugares ermos, como estradas, matas etc. Além da sensação de terror constante.

A segunda parte dos métodos de tortura e instrumentos foram relatos de acontecimentos não sofridos por eles diretamente, e sim sofridos por outros presos: coroa de cristo, injeção de éter, churrasquinho, violações sexuais, introdução de cassetetes, ou objetos semelhantes, no ânus dos torturados (no caso de mulheres, também na vagina); puxar com alicate o bico dos seios de presas políticas.

Ainda no primeiro viés da carta, os presos denunciaram nomes de policiais e militares que faziam parte dos órgãos repressivos e que conheciam pessoalmente. Nessa lista só constam os nomes daqueles torturadores dos quais eles sabiam o nome, caso contrário a lista seria bem maior. São 255 nomes de torturadores que os presos sabiam da identificação e dos

“nomes frios”.⁴⁵ Como o número de perpetradores é enorme, esta pesquisa menciona apenas os torturadores que tiveram seus nomes citados no capítulo 16 do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Anistia⁴⁶, vide anexo I.

Segundo os relatos contidos no **Bagulhão**, as irregularidades jurídicas sofridas pelos presos começavam desde o momento da prisão até a soltura: eram improbidades tanto na área policial-militar, quanto judiciais.⁴⁷

Os presos alegavam as seguintes falhas do sistema na primeira fase:

- Prisão: embora não tivessem sido presos em flagrante, não tiveram a prisão decretada por um juiz. Eram presos no meio da noite, tinham suas casas invadidas, às vezes sequestrados em meio de vias públicas.
- Incomunicabilidade: quando eram presos, ficavam incomunicáveis. O **Bagulhão** relata um caso de um preso que ficou por três meses sem assistência de qualquer espécie, sem direito a visita de familiares e muito menos de advogado. Era nessa situação que o regime se aproveitava para torturar e ter tempo para que desaparecessem as mais evidentes marcas de maus tratos. Quando familiares reclamavam pelo preso, o DOI-Codi, o DOPS ou QG do Exército, onde os procuravam recebiam sempre a mesma resposta: de que não existia nenhum preso com o nome reclamado. Quando o advogado ia ao juiz era comum receber também respostas evasivas.
- Depoimento em cartório: para formalizar a prisão, muitas vezes mesmo depois de terem estado presos por meses, eram obrigados a assinar as “declarações” redigidas pelo delegado ou voltavam para a tortura. Raramente tinham permissão de verem o advogado antes do cartório.
- Reconhecimento: quando testemunhas vão reconhecer se os acusados são mesmo que eles viram no ato do crime. Os militares muitas vezes manipulavam as respostas da testemunha quando elas não apontavam para o acusado que eles queriam.

45 DIOGO, Adriano; MORANO, Reinaldo; TELES, Maria Amélia. **Bagulhão**: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. pp. 20-32.

46 Ver: <http://www.cnv.gov.br/> pp. 842-931. Acessado em: 28/10/2015.

47 DIOGO, Adriano; MORANO, Reinaldo; TELES, Maria Amélia. **Bagulhão**: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. pp. 32-38.

- Prazos: os prazos estabelecidos pelas leis vigentes tinham uma aplicação extremamente elástica, sempre a prejudicar o preso e garantir o arbítrio dos policiais e militares.

Na segunda fase do documento eles alegavam:

- Depoimento em juízo: todo cidadão tem o direito de defesa, só que isso raramente ocorria na ditadura, pois quando os presos eram levados para prestar depoimento judicial, eram ameaçados de torturas caso negassem as acusações que lhe foram impostas no inquérito policial.

- Testemunhas: na fase já citada acima, a do reconhecimento, muitas vezes as testemunhas eram manipuladas, muitas vezes eram utilizados policiais como testemunhas de acusação. Já as testemunhas de defesa, o procedimento dos juízes era ameaçador e prepotente, visava amedrontá-las e a tornar seu depoimento inócuo.

- Condenações: elas eram feitas, em regra geral, por órgãos de repressão. Era muito comum que os torturadores antecipassem aos presos, com exatidão, as penas a serem atribuídas a eles nos julgamentos e a ausência de provas não era um impedimento. Além disso, muitas vezes havia ocorrência de casos de presos incluídos em dois ou mais processos - em Auditorias diferentes ou até mesmo em uma única Auditoria -, e que acarretava condenações repetidas devido a acusações dos mesmos crimes atribuídos.

- Publicação da sentença: na fase judicial os prazos eram extremamente elásticos, reduzindo sempre os prazos para recurso do acusado à instância superior, além de muitas vezes não eram comunicados a tempo de o preso recorrer.

- Volta aos órgãos repressivos: era bem comum os presos voltarem para aos órgãos de repressão, e sofrerem novas torturas e ameaças. Havia presos políticos que retornaram aos organismos de tortura depois de mais de 3 anos encarcerados, enquanto outros foram levados 4, 5 e até 8 vezes para reinquirição.

- Incomunicabilidade de preso *sub judice*: havia casos de presos políticos *sub judice* serem retirados, sem ordem judicial escrita, do estabelecimento em que estavam legalmente recolhidos e levados para lugar incerto ou ignorado voltando ao regime de incomunicabilidade.

- Livramento condicional: eram raríssimos os casos em que o livramento era conquistado tão logo fosse requerido, havia casos de presos que só conseguiram a condicional depois de 11 meses depois de requerido.

- O ato da soltura: era passagem obrigatória aos presos, antes de ser posto em liberdade, irem aos órgãos repressivos, especialmente ao DEOPS. Ali o acusado, de posse do alvará de soltura, era novamente qualificado, fichado e submetido a novos interrogatórios e quase sempre ameaçado. Existiam ainda relatos de presos que depois de soltos serem sequestrados pelos mesmos indivíduos que os torturaram a época da prisão.

Depois de descreverem as irregularidades, os presos acrescentaram as condições de precariedade das cadeias como: falta de ventilação, alimentação intragável, mau cheiro, falta de atendimento médico-odontológico, celas minúsculas, com limo nas paredes, desrespeito aos visitantes dos presos, falta de roupa de cama, sem materiais higiênicos, enfim, muitas irregularidades.⁴⁸ Os presídios onde ocorreriam essas irregularidades eram os mais diversos, entre eles: Recolhimento de Presos Tiradentes, Casa de Detenção de São Paulo, Presídio do Hipódromo, Penitenciária do Estado de São Paulo, Penitenciária Regional de Presidente Venceslau, Fernando de Noronha, Casa de Detenção de Recife-PE, Instituto Penal Paulo Sarazate – CE, Instituto Penal Cândido Mendes – RJ, Presídio Hélio Gomes – RJ, Presídio Central de Porto Alegre – RS, Penitenciária Estadual de Jacuí – RS. Além desses, outros são citados no documento. O que todos esses presídios tinham em comum era o desrespeito aos presos políticos.

Por fim, a carta traz no terceiro viés a narração dos casos de presos políticos assassinados ou mutilados fisicamente e/ou psicologicamente em virtude de torturas. Os assassinados foram: Virgílio Gomes da Silva, Roberto Macarini, Olavo Hansen, Edson Cabral Sardinha, Eduardo Leite, Joaquim de Alencar Seixas, Aluísio Palhano, Luiz Eduardo Rocha Merlino, Hiroaki Torigoe, Hécio Pereira Fortes, Frederico Eduardo Mayr, Kléber Gomes, Lourival Paulino, José Júlio de Araújo, Carlos Nicolau Danielli, Alexandre Vannucchi Leme.⁴⁹

48 DIOGO, Adriano; MORANO, Reinaldo; TELES, Maria Amélia. Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014, pp. 39-41.

49 *Ibidem*, 2014; pp. 42-47.

Os mortos, considerados como desaparecidos estão: Paulo Stuart Wright, Umberto Câmara Neto, Honestino Guimarães, Joaquim Pires Cerveira, João Batista Rita Pereda, Ruy Frazão Soares, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, Eduardo Collier Filho, Luiz Ignácio Maranhão Filho, David Capistrano da Costa, José Roman, João Massena Melo, Walter de Souza Ribeiro, Ieda Santos Delgado, Tomás Antônio Silva Meireles Neto, Caiuby Alves de Castro, Ana Rosa Kucinski Silva, Wilson Silva e Issami Nakamura Okamo.

Entre os presos que sofreram mutilações físicas e psicológicas são mencionados: Frei Tito Alencar Lima, Antônio Carlos Melo Pereira, José Angeli Sobrinho, Antônio Carlos de Oliveira, Ângela Maria Rocha dos Santos, Gregório Gomes Silvestre.

3. REPERCUSSÕES DO BAGULHÃO

O **Bagulhão** foi um ato de muita coragem desses presos. A carta foi endereçada a Caio Márcio da Silva Pereira, presidente do Conselho Federal da OAB, que havia declarado à imprensa brasileira em agosto de 1975 não ter conhecimento de casos concretos de prisões irregulares e de arbitrariedades policiais. Os presos políticos souberam das declarações de Silva Pereira e resolveram enviar a ele uma carta denúncia. Em outubro de 1975 o **Bagulhão** foi finalizado, mas só ganhou repercussão em meados de 1978.

A carta teve ressonância na mídia nacional e internacional. O trabalho de divulgação foi feito de forma anônima por familiares, advogados, religiosos, artistas e intelectuais. O documento tornou-se uma ferramenta importante de divulgação das torturas e assassinatos e foi fundamental para impor desgaste político à ditadura.

O jornal **O Estado de São Paulo**, em 20 de janeiro de 1976⁵⁰, publicou uma matéria de título: “Relatório aponta violências”, que chegou a citar trechos da carta e descreveu algumas das formas de tortura que constava nela. O jornal revelou que a carta foi levada pelo Conselho Federal da OAB às “principais autoridades do País, no final do ano passado” e que ela mencionava os nomes e as funções ocupadas pelos torturadores.⁵¹

Em 1976, o Relatório da IV Reunião do Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos no Brasil citou os 233 nomes dos torturadores que foram acusados pelo **Bagulhão**. O Comitê havia se reunido pela primeira vez em 1973, denunciando o assassinato de 28 presos políticos no Brasil. No entanto, ainda se tratava de uma comunidade fechada devido à censura e repressão, por isso esses nomes não vieram à tona com força suficiente.

Em março de 1976, a carta foi divulgada em francês na publicação francesa **Dial (Diffusion de l'information sur l'Amérique Latine)**, mas aos invés de incluir todos os envolvidos na tortura, foram denunciados apenas 151 torturadores que participaram

50 **O Estado de São Paulo**. Relatório aponta violências. 20 de janeiro 1976. In: DIOGO, Adriano; MORANO, Reinaldo; TELES, Maria Amélia. **Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores**. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. p. 62.

51 DIOGO, Adriano; MORANO, Reinaldo; TELES, Maria Amélia. **Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores**. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. p. 63.

diretamente das torturas. O periódico inclusive chegou a criticar a falta de notícias na imprensa brasileira⁵²:

Através da Ordem dos advogados, ele [o relatório] é especificamente destinado, segundo os próprios termos do relatório, “a todas as entidades que se têm empenhado na defesa dos direitos humanos”. A existência – mas não o texto – deste documento foi indicada à opinião pública pelo jornal O Estado de São Paulo de 20 de janeiro de 1976 sob o título “Relatório aponta violências”. Tendo chegado a nós integralmente, dispusemo-nos a dar o resumo e trechos dos textos.

Embora **O Estado de São Paulo** tenha publicado alguns trechos em 1976, a lista dos acusados de tortura não foi divulgada abertamente no Brasil antes de 1978 por causa da censura. A edição do jornal **Em Tempo**, publicada em 26 de junho a 02 de julho de 1978, a matéria “Presos denunciam torturadores” divulgou abertamente a lista dos nomes dos torturadores.⁵³

Em 21 de fevereiro de 1979, a revista **Veja** publicou a matéria: “Descendo aos porões”: era uma extensa matéria sobre os órgãos de segurança no Brasil e mencionou a carta com um protesto de um delegado, que não se identificou e alegou que viu “coisas de arrepiar”, mas não teria praticado a tortura. No entanto, outro delegado, Firmiano Pacheco Neto, confessou abertamente a violência e fez este pedido à revista: “Olha, se você for publicar a lista de torturadores, não tira meu nome, não: isso pode prejudicar a minha carreira”.⁵⁴

Apesar da censura prévia e das várias formas de repressão, a carta foi bastante distribuída, com cópias feitas clandestinamente, entregues muitas em mãos para a imprensa, órgãos internacionais e nacionais de direitos humanos. A carta chegou a ser publicada pela

52 **DIAL (Diffusion de l'Information sur l'Amérique Latine)**. Brésil: les 151 tortionnaires de prisonniers politiques. Paris, n. 287, 4 mars 1976. In: **O Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores**. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, p.16.

53 DIOGO, Adriano; MORANO, Reinaldo; TELES, Maria Amélia. **Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores**. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014, p. 64.

54 **Ibidem**. P. 65.

Editora Maria da Fonte, em Portugal e em muitos outros países da Europa, América do Norte entre outros locais.⁵⁵

Em 26 de novembro de 1975, o ministro chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva encaminhou a carta ao presidente Ernesto Geisel, dizendo que a OAB e ele mesmo estavam empenhados com a dignidade. Afirmou ainda que o Brasil cumpria com firmeza o seu dever como signatários da Carta das Nações Unidas. Junto ao documento anexou a carta do presidente do Conselho Federal da OAB, Caio Pereira, dizendo que aquela era uma testemunha amarga e corajosa do que se passava dentro dos estabelecimentos onde estavam recolhidos os presos políticos.

A resposta do governo à carta foi a desmoralização dos autores da denúncia e simplesmente decidiu não investigá-la. Além disso, a OAB foi acusada de ser um órgão que auxiliava o esquema subversivo, pois, para os militares, ela estava tentando desqualificar e intimidar os órgãos de segurança nacionais. Caio Mário da Silva Pereira, não era um homem de esquerda, mas fora assim caracterizado em razão da divulgação da denúncia dos presos políticos, que alcançara o exterior.

Embora o governo militar brasileiro não admitisse o emprego sistemático do terror e da tortura como formas de opressão e repressão,⁵⁶ no documento ACE_DI_98199_76, da Secretaria de Segurança Nacional, a partir da página 185, a presidência da República reconheceu os abusos sofridos pelos presos. Sob a ótica militar, os signatários do Bagulhão não eram considerados cidadãos com direitos plenos, mas se tratavam de presos políticos, terroristas e subversivos. Portanto era dever dos militares mantê-los presos e violentados para que abdicassem da militância política em oposição ao regime vigente, além de ser uma “ótima” forma de se obter informações. Nessa perspectiva, os militares estavam apenas cumprindo o seu dever.

⁵⁵ *Ibidem*. PP. 64.

⁵⁶ *Ibidem*. pp. 09.

A prática militar era destoante ao que os próprios militares discursavam. Em entrevista a Celso Castro e a Maria Celina D'Araújo⁵⁷, o ex-presidente da República Ernesto Geisel fez a seguinte afirmação:

Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. [...] Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!.

Embora Geisel tenha assumido o governo prometendo o retorno à democracia por meio de um processo gradual e seguro, o aparato repressivo ainda permaneceu estruturado por anos. Segundo Carlos Fico, não foi durante o período admitido como o de auge da repressão (governos da Junta Militar e de Emílio Médici) que houve mais cartas pedindo censura, tanto quanto também não foi nessa fase que houve mais censura. A maior parte das solicitações de censura concentrou-se entre os anos de 1976 e 1980, no governo da “abertura política” de Ernesto Geisel, adentrando o de João Figueiredo.⁵⁸ Segundo o documento da Secretaria de Segurança Nacional (ACE_DI_98199_76), os “terroristas esquerdistas” mereciam as torturas, pois haviam tirado vidas de mais de uma centena de pessoas e causaram ferimentos a outras tantas.

57 D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs). **Ernesto Geisel**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

58 FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. **Topoi** (Rio de Janeiro.) [online]. 2002, vol.3, n.5 [citado 2015-10-23], pp. 277. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200251&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 23/10/2015.

II. CONCLUSÃO

O golpe militar ocorrido em março de 1964, há 51 anos, interrompeu o processo democrático brasileiro instaurado em 1946. As primeiras iniciativas de o governo militar, não por acaso, foi perseguir as esquerdas, particularmente os reformistas, os comunistas e o movimento sindical. Ou seja, os grupos políticos de oposição ao regime militar. Além dos torturados, presos, mortos, desaparecidos, perseguidos e exilados, as incertezas e a angústia marcaram a sociedade brasileira.

A perversidade da Ditadura Militar brasileira chamava a atenção do mundo inteiro e, ainda assim, o regime ditatorial negava a prática de torturas e do terror. O **Bagulhão** não foi apenas uma carta escrita por 35 presos políticos, que estavam presos no presídio militar Romão Gomes, foi um ato de coragem porque as denúncias descritas evidenciaram o desrespeito do regime pelos direitos humanos.

Enfrentar uma Ditadura Militar agressiva, violenta, censuradora, de dentro da cadeia, representou uma afronta ao regime. Além de pioneiro, o **Bagulhão** foi especial por descrever os métodos e instrumentos de tortura, por indicar os nomes dos torturadores, por apresentar as irregularidades jurídicas contra os presos e por reconhecer os mortos ou mutilados em decorrência da tortura. Depois da divulgação da carta, ela motivou outros presos políticos a denunciarem as atrocidades cometidas pelo regime. O **Bagulhão**, bem como outras revelações de tortura, foi fragilizando o discurso da Ditadura Militar que negava violações aos direitos humanos no Brasil na década de 1970.

Regimes ditatoriais representam fissuras em uma sociedade, e no caso brasileiro estas fissuras ainda estão abertas porque não houve punição dos algozes. A impunidade das graves violações de direitos humanos cometidas durante a Ditadura Militar faz com que se possa questionar a qualidade da democracia no Brasil.⁵⁹

59 GALLO, Carlos Artur; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvana (orgs.). **Entre memória e esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014, pp. 285-301.

Conhecer e estudar o **Bagulhão** é importante, pois agir contra a naturalização da violência, é necessário. Lutar contra a impunidade do passado para gerar um efeito político sobre a impunidade de hoje é fundamental.

Espera-se que esse trabalho de alguma forma ajude a reforçar a defesa do Estado Democrático de Direito. A resolução de conflitos políticos deve se dar dentro da legalidade institucional, sob o risco de uma recaída autoritária.

III. ANEXO I

A. Lista de alguns dos 233 nomes de torturadores que aparecem no **Bagulhão** e no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão da Anistia ⁶⁰:

- Carlos Alberto Brilhante Ustra - “Dr. Tibiriçá”. Coronel do Exército. Comandante do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército de setembro de 1970 a janeiro de 1974. Foi instrutor da Escola Nacional de Informações em 1974 e, do final desse ano a novembro de 1977, serviu no Centro de Informações do Exército (CIE), em Brasília, tendo atuado na Seção de Informações do e chefiado a Seção de Operações. No período em que esteve à frente do DOI-Codi do II Exército ocorreram ao menos 45 mortes e desaparecimentos forçados por ação de agentes dessa unidade militar, em São Paulo.
- Ademar Augusto de Oliveira - “Fininho”. Chefe do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC) de São Paulo. Torturou presos políticos no DEOPS/SP em 1971, quando lá se encontravam oficialmente presos. Tido como membro do Esquadrão da Morte.
- Sérgio Fernando Paranhos Fleury - “Comandante Barreto”. Começou como Delegado de Polícia da Delegacia de Ordem Social do DEOPS/SP em 1969. Carlos Marighella, frei Tito e Carlos Lamarca foi vítimas da truculência do Delegado Fleury
- Carlos Alberto Augusto, Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), sendo conhecido como “Carteira Preta” e “Carlinhos Metralha”. Integrou a equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura e execução. Vítimas relacionadas: Carlos Marighella (1969); Eduardo Collen Leite (1970); Antônio Pinheiro Salles e Devanir José de Carvalho (1971); Soledad Barrett Viedma, Pauline Reichstul, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Eudaldo Gomes, Evaldo Luiz Ferreira de Souza e Edgard de Aquino Duarte (1973).

⁶⁰ Ver: <http://www.cnv.gov.br/> pp. 842-931. Acessado em: 28/10/2015.

- Rubens Gomes Carneiro. Segundo-sargento do Exército. Atuou como agente de operações do Centro de Informações do Exército (CIE), lotado no gabinete do ministro do Exército entre 1970 e 1976. Identificado por Inês Etienne Romeu como o torturador que na Casa da Morte atuou sob o codinome de “Laecato”. O coronel Paulo Malhões confirmou a participação de Rubens Gomes Carneiro no massacre do Parque Nacional do Iguaçu. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1970. Vítimas relacionadas: Paulo de Tarso Celestino da Silva (1971); Onofre Pinto, Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavecchia, Victor Carlos Ramos e Enrique Ernesto Ruggia (1974); ocultação dos cadáveres de Maria Augusta Thomaz e Márcio Beck Machado (1980).

- Antônio Bandeira. General de Exército. Comandante da 3ª Brigada de Infantaria, com sede em Brasília, de dezembro de 1971 a abril de 1973. Nessa função, comandou as tropas do Exército empregadas na repressão à Guerrilha do Araguaia durante a Operação Papagaio, realizada em setembro e outubro de 1972. O ex-guerrilheiro Danilo Carneiro, em depoimento à CNV, afirmou que Antônio Bandeira participava pessoalmente das sessões de tortura realizadas no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) de Brasília. Em maio de 1973 foi nomeado diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) pelo presidente Emilio Garrastazú Medici. Em junho de 1979 foi acusado de comandar, com os generais Milton Tavares de Souza e José Luiz Coelho Netto, a chamada Operação Cristal, responsável por atentados terroristas ocorridos no início do governo do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo.

- Alberto Octávio Conrado Avegno. Agente do Centro de Informações do Exterior (Ciex), com o codinome “Altair”, entre outros, atuou também como agente do Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Teve participação em detenções ilegais e desaparecimentos forçados. Vítimas e casos relacionados: sequestro de Jefferson Cardim de Alencar Osório (1970); desaparecimentos forçados de Jean Henri Raya Ribard e Antonio

Luciano Pregoni (1973); Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita (1973-1974); sequestro de Flávio Tavares (1977).

- “Casadei”, “Muniz”, “Altair” - carcereiro da Equipe B do DOI-Codi (OBAN) no período de 1972/1974. Em 1971 foi da equipe de busca do mesmo órgão.

- Áttila Carmelo - “Dr. Jorge”. Capitão do Exército. Atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, em São Paulo, sob o codinome de “doutor Jorge”, tendo participação em casos de tortura. Recebeu a Medalha do Pacificador em 1979. Vítimas relacionadas: Darci Toshiko Miyaki, Carlos Nicolau Danielli (1972), Alexandre Vannucchi Leme (1973).

- Aparecido Laertes Calandra. Delegado de polícia. Serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) e atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, em São Paulo, usando o codinome “doutor Ubirajara”. Sua ficha funcional na Polícia Civil de São Paulo registra ofício do II Exército, datado de 14 de abril de 1977, com elogio por “eficiência e dedicação, na execução das mais diversas atividades, durante o ano de 1976, visando à consecução dos objetivos propostos no combate à subversão e ao terrorismo, como integrante do Sistema de Informações do II Exército”. A partir de 1983, quando o delegado Romeu Tuma assumiu a função de superintendente da Polícia Federal, transferiu-se para esse órgão. Vítimas relacionadas: Luiz Eduardo da Rocha Merlino (1971), Eleonora Menicucci de Oliveira, Flora Strozenberg, Darci Toshiko Miyaki e Hércio Pereira Fortes (1972).

- Freddie Perdigão Pereira. Coronel do Exército. Serviu no Centro de Informações do Exército (CIE), vinculado aos gabinetes dos ministros do Exército Lyra Tavares e Orlando Geisel, de julho de 1968 a março de 1972. Sob o codinome “doutor Roberto”, atuou no centro clandestino conhecido como Casa da Morte, em Petrópolis (RJ). Entre fevereiro de 1973 e janeiro de 1975, serviu no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do II Exército, em São Paulo, sob o comando de Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Maciel. Esteve na agência do SNI no Rio de Janeiro de novembro de 1974 a fevereiro de 1977. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1970. Vítimas e casos relacionados:

Rubens Beyrodt Paiva, Walter Ribeiro Novaes, Heleny Ferreira Telles Guariba e Paulo de Tarso Celestino da Silva (1971); Joaquim Pires Cerveira (1973); Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva (1974); Nestor Vera (1985); Zuzu Angel (1976); e atentado no Riocentro, no Rio de Janeiro (1981).

- Aluísio Madruga de Moura. Coronel do Exército. Comandou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do Comando Militar do Planalto. Serviu no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) do Exército em Brasília e, ainda, no Serviço Nacional de Informações (SNI) e no Centro de Informações do Exército (CIE). Participou de operações militares relacionadas à Guerrilha do Araguaia, com especial destaque para suas passagens pela região do sudeste do Pará e do norte de Goiás. Recebeu a Medalha do Pacificador com Palma em 1973. Vítima relacionada: Danilo Carneiro, ex-guerrilheiro do Araguaia, que o identificou como um de seus torturadores no PIC de Brasília no ano de 1972.

- Waldyr Coelho. Coronel do Exército. Dirigiu a Operação Bandeirante (Oban), em São Paulo, em 1969 e 1970. Teve participação em casos de detenção ilegal, tortura,

execução e desaparecimento forçado. Vítimas relacionadas: João Domingues da Silva e Virgílio Gomes da Silva (1969).

- Harry Shibata. Médico-legista. Diretor do Instituto Médico-Legal do estado de São Paulo (IML/SP) de 1976 a 1983, período em que o órgão foi responsável pela emissão de laudos necroscópicos fraudulentos, com a finalidade de encobrir graves violações de direitos humanos.

IV. FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes primárias:

Arquivo Nacional. Serviço de Segurança Nacional. **ACE_DI_98199_76**. Brasil: 1976.

Biografia de Caio Mário da Silva Pereira. Ver: www.caiomario.adv.br. Acessado em: 16/06/2015.

BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil**. 1965, Página 21 Vol. 7. Ver: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-4-20-novembro-1965-351199-norma-pe.html>. Acessado em: 27/10/2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Ver <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acessado em 15/04/2015.

BRASIL Relatório final da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. **O Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra a ditadura**. p. 01-82. Ver: <http://verdadeaberta.org/relatorio/>. Acessado em: 28/08/2015.

DIOGO, Adriano; MORANO, Reinaldo; TELES, Maria Amélia. **Bagulhão: A Voz dos Presos Políticos contra os Torturadores**. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, 2014.

Folha de São Paulo. OAB apronta as denúncias que fará a Geisel. 1º de agosto de 1975, Primeiro caderno, p. 3

O Estado de São Paulo. Relatório aponta violências. 20 de janeiro 1976.

BRASIL. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Ver: <http://www.cnv.gov.br/> p. 842-931. Acessado em: 28/10/2015.

Referências bibliográficas.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil republicano – o tempo da ditadura**. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2003, pp. 13-42.

CORDEIRO, Janaína. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 205-223.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **A repressão: Anos de Chumbo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs). **Ernesto Geisel**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

FERREIRA, Jorge. O Partido Comunista Brasileiro e o Governo João Goulart. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 33, n. 66, dezembro, 2013, p. 113-134.

FICO, Carlos. Censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 167-204.

FICO, Carlos. Les régimes autoritaires au Brésil durant l'ère républicaine. **Cahiers du Brésil Contemporain**, v.1 p. 34. Acessado em: <http://www.scribd.com/doc/213729141/CARLOS-FICO-Regimes-Autoritarios-no-Brasil-Republicano#scribd>

FICO, Carlos. **"Prezada Censura"**: cartas ao regime militar. **Topoi** (Rio de Janeiro) [online]. 2002, volume 3, número 5 [citado 2015-10-23], p. 251-286. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2002000200251&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 23/10/2015.

FICO, Carlos. **Além do golpe; versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GALLO, Carlos Artur; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. Legados autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvana (orgs.). **Entre memória e esquecimento: estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. Porto Alegre: Deriva, 2014, pp. 285-301.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 2ª Ed, São Paulo: Ática, 1987, p. 20-40.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 174-188.

MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virgínia. História e teoria política. In FLAMÁRIO CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-70.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 50-65.

REIS FILHO, Daniel. A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 11-29.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

RÉMOND, RENÉ. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p.16-17.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984** [livro eletrônico] / Maria José de Rezende. – Londrina: EdUEL, 2013. Livro digital. Inclui bibliografia. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php> ISBN 978-85-7216-695-9

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.30-48.

TELLES, Janaína de Almeida. **As denúncias de torturas e torturadores a partir dos cárceres políticos brasileiros**. Disponível em: http://www.google.com.br/url?url=http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/download/13459/10273&rct=j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ei=1EQkVZukGZDdsATi_IHoAg&ved=0CCsQFjAEOAo&sig2=v-yabrBiDNOnrz3B0NExEw&usg=AFQjCNGv12Q6KEV3HEIMq4JdLl8rQ_hCJg

PAIXÃO, Cristiano. A constituição em disputa: transição ou ruptura? In: SEELAENDER, Airton (org.) **História do Direito e construção do Estado**. São Paulo: Quartier Latin, 2012, p.01-33.

POMAR, Pedro Estevam. **Massacre da Lapa**. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.

VIEIRA, Evaldo. Brasil: do golpe de 1964 à redemocratização. In MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)**. São Paulo: SENAC, 2000, p. 185-217.